



Em  sociedade

REVISÃO CRÍTICA DA TESE “IDEOLOGIA DE GÊNERO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: uma análise das produções jornalísticas da folha de s. paulo (brasil) e do expresso (portugal)”

Helton Gonçalves de Oliveira¹

¹ Possui Curso Normal Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros (2004), Curso de Especialização “Lato Sensu” em Supervisão Educacional – Universidade Estadual de Montes Claros (2006), Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (2009), Especialização em Gestão Pública Municipal Integrada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2010) e Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2018). Atualmente é Doutorando do Curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Foi Secretário Municipal de Educação de Novorizonte, MG (2005-2012) e desde janeiro de 2013 é Analista Educacional na função de Inspetor Escolar, com atuação na Superintendência Regional de Ensino de Araçuaí/Secretaria Estadual de Educação (Governo do Estado de Minas Gerais). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração Educacional e supervisão e Inspeção Escolar. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7290-6322>

INTRODUÇÃO

Esta revisão crítica analisa a tese de doutorado de Juliana Souza (2022), dedicada a investigar a mobilização da “ideologia de gênero” como dispositivo de disputa política. Por meio de uma apreciação descritivo-analítica do arcabouço teórico e metodológico da obra, o texto avalia o alcance e os limites dos achados empíricos da autora. Destacam-se como contribuições centrais da tese a demonstração do caráter transnacional da retórica antigênero, a incorporação de argumentos científicos ao discurso religioso e o contraste entre o volume de produções jornalísticas da *Folha de S.Paulo* (406) e do *Expresso* (64).

Ao final, reafirma-se o valor analítico do trabalho para os estudos de mídia, religião e desdemocratização. A revisão crítica da tese aqui empreendida sustenta-se na análise da articulação teórico-metodológica e do alcance empírico do trabalho. Privilegiaram-se, portanto, três dimensões essenciais, quais sejam: a operacionalização da abordagem da Análise de Conteúdo com a Análise Foucaultiana do Discurso (AFD) no tratamento do corpus jornalístico; a capacidade explicativa das categorias na comparação entre os cenários brasileiro (2000–2020) e português (2013–2020); e a clareza com que a autora evidencia a instrumentalização da “ideologia de gênero” enquanto instrumento político.

Metodologicamente, esta revisão teve como ponto de partida a leitura integral da tese, contemplando a introdução, a estrutura metodológica, os capítulos destinados à análise dos dados e as considerações finais. Essa etapa foi articulada à literatura sobre os movimentos antigênero, mobilizada tanto pela autora da tese quanto pela presente revisão, buscando estabelecer relações entre os fundamentos teóricos e os achados apresentados. As três dimensões privilegiadas foram analisadas a partir de parâmetros específicos.

A operacionalização metodológica considerou a coerência entre os procedimentos declarados, como a AC e a AFD, os objetivos estabelecidos e os resultados alcançados. A capacidade explicativa das categorias foi examinada considerando sua sustentação diante do corpus empírico e das interpretações comparativas desenvolvidas entre os contextos brasileiro e português. Por fim, a instrumentalização política do conceito foi analisada a partir do diálogo entre os achados da tese e o debate teórico mais amplo sobre gênero, religião e democracia.

O recorte temporal vai da primeira ocorrência do termo “ideologia de gênero” em cada jornal (2000, na *Folha*, em resenha que ainda o emprega em sentido sociológico; 2013, no *Expresso*) até 2020. A autora investigou as representações do conceito em sua apropriação conservadora nas duas mídias de maior circulação digital em seus países. A hipótese da investigação foi de que a mobilização da IdG possui características semelhantes em ambos os casos.

A escolha de Souza (2022) por uma análise comparativa da cobertura midiática entre a *Folha de S.Paulo* e o *Expresso* dialoga com uma lacuna identificada na literatura sobre os movimentos antigênero. Nesse sentido, a investigação quanti-qualitativa desenvolvida pela autora amplia a sistematização do fenômeno ao articular diferentes procedimentos de análise e colocar em perspectiva dois contextos nacionais. Os principais objetivos da pesquisa incluem comparar a padronização de perfis e as especificidades da retórica da “ideologia de gênero” na literatura e sua aplicação como instrumento político em diferentes contextos.

Além disso, buscou-se identificar as características centrais desse discurso nas produções jornalísticas dos dois países e as influências e resistências que o discurso da “ideologia de gênero” apresenta em relação à heteronormatividade, analisando como e quando o tema emergiu na mídia contemporânea. A coleta de informações envolveu a construção de um universo empírico a partir de produções jornalísticas (informativas, opinativas e editoriais) que mencionam o termo nos dois contextos nacionais. A Análise de Conteúdo (AC) e a Análise Foucaultiana do Discurso (AFD) foram utilizadas pela autora para analisar as informações de forma qualitativa e quantitativa, possibilitando a criação de categorias de exploração registradas no Livro de Códigos.

Os resultados da pesquisa indicam uma disparidade na quantidade de publicações entre os dois jornais analisados. A *Folha* publicou um número significativamente maior, principalmente durante períodos de importantes eventos políticos, como as eleições presidenciais brasileiras de 2018 e o primeiro ano de governo do presidente Bolsonaro (2019). Para além dessa diferença quantitativa, a análise desenvolvida na tese evidencia que ambos os jornais refletem suas orientações ideológicas, com a *Folha* adotando um perfil liberal e o *Expresso*, uma postura de centro-esquerda.

Tanto em Portugal quanto no Brasil, os movimentos antigênero compartilham características relacionadas à espetacularização e à mobilização política de discursos populistas, com estratégias semelhantes de produção de antagonismos e mobilização de apoio (Souza, 2022). De acordo com Souza (2022), as principais características da retórica da “ideologia de gênero” nas duas nações incluem a apropriação e a resignificação desse conceito por grupos conservadores, que o utilizam como ferramenta associada à defesa de padrões heteronormativos. Essa retórica se destaca pela intersecção entre política, religião e educação, frequentemente ligada a movimentos conservadores.

No Brasil, ela é mobilizada para barrar legislações sobre diversidade sexual no Congresso e para questionar decisões progressistas aprovadas pelo Judiciário. Em Portugal, é utilizada para expressar reações e questionamentos às ações aprovadas pelo Executivo, referentes às temáticas de gênero e diversidade sexual. Os dois contextos, de maneira similar, recorrem a documentos jurídicos para fundamentar a objeção de consciência e, simultaneamente, a proibição da promoção de ideologias nas instituições educacionais.

Nesse cenário, a autora destaca que a retórica da “ideologia de gênero” ganha contornos fundamentalistas, populistas e de direita, operando como mecanismo de resistência a políticas progressistas. Com foco específico em educação e processos eleitorais, ela vem sendo utilizada como ferramenta associada à defesa da hegemonia do discurso heteronormativo, o que Souza (2022) interpreta como parte de uma estratégia cultural e política. Além disso, o fenômeno é impulsionado por crises sociais e econômicas, que acabam por reunir grupos conservadores em torno de uma agenda comum.

Entre esses grupos, destacam-se os setores religiosos, que, diante da crescente visibilidade midiática, ampliam a circulação de suas propostas e formas de mobilização, fortalecendo sua participação nas disputas relacionadas às pautas sociais e políticas. Há, nesse contexto, a transição do discurso bíblico para o científico nas estratégias de comunicação, revelando um esforço de adaptação e busca por legitimidade empírica para ampliar a inserção desses atores no debate público sobre gênero e sexualidade (Souza, 2022). Além disso, o discurso desses grupos é mobilizado para gerar pânico moral na sociedade, reforçando padrões

de gênero tradicionais e hierárquicos e deslegitimando políticas e conquistas jurídicas relacionadas aos direitos de diversidade sexual.

Um exemplo dessas resistências institucionais foi a suspensão, por pressão de setores religiosos no Congresso, de materiais educativos do programa Brasil sem Homofobia em 2011 (Altmann, 2013). No entanto, como aponta Stanley (2018), a ofensiva contra os estudos de gênero e a mobilização de pânico morais não são especificidades do Brasil, sendo uma engrenagem política de alcance global. Esse diálogo teórico reforça a interpretação de Souza (2022) acerca da capacidade de adaptação da categoria “ideologia de gênero” e amplia sua compreensão para além dos contextos jornalísticos especificamente examinados pela tese.

Essa dinâmica também pode ser observada nos dados analisados, que evidenciam a disputa em torno dessas temáticas e a presença de diferentes posicionamentos nos conteúdos jornalísticos examinados. A análise dos argumentos mostra que, em volume de texto, predominam os favoráveis às temáticas de gênero e diversidade sexual (69,1% na *Folha*, e 65,2% no *Expresso*). Já entre as pessoas citadas nas produções, predominam as contrárias (65,4% e 76,8%), com destaque para representantes religiosos e integrantes do Executivo e do Legislativo.

Entre os argumentos favoráveis, sobressai a defesa contra o próprio discurso da “ideologia de gênero” (50,5% na *Folha*, e 41,5% no *Expresso*). Na *Folha*, seguem-se o combate à violência e os argumentos científicos e os educacionais, e, no *Expresso*, os científicos, a defesa da democracia e o combate à violência. Entre os contrários, predominam, na *Folha*, os ataques genéricos às temáticas de gênero e diversidade sexual, seguidos dos argumentos religiosos, enquanto, no *Expresso*, predomina a defesa das crianças.

Com base nas análises expostas, infere-se que a contribuição teórica da tese está relacionada ao debate mais amplo sobre democracia, gênero e produção do conhecimento. Sob essa perspectiva, a reflexão de Butler (2003) contribui para demonstrar como a matriz heterossexual compulsória estabelece normas de inteligibilidade que produzem e excluem corpos e sujeitos. Quando esses arranjos são instrumentalizados politicamente, a negação e a injúria atingem o plano dos direitos, configurando o que Honneth (2003) conceitua como formas de desrespeito e rebaixamento que motivam as lutas por reconhecimento e cidadania.

Do ponto de vista epistemológico, a explicitação, por Souza (2022), de sua perspectiva analítica e de seu lugar de fala pode ser relacionada à noção de conhecimento situado discutida por Haraway (1995). Essa postura rompe com a ilusão da neutralidade científica, frequentemente denunciada por Miskolci (2013) como uma ficção que encobre normas hegemônicas, conferindo rigor, transparência e densidade ética às escolhas analíticas e interpretativas da tese. Todavia, uma apreciação crítica da obra de Souza (2022) exige apontar os limites do escopo investigativo.

Sobressai, em primeiro lugar, a discrepância empírica entre os dois conjuntos analisados: 406 produções jornalísticas na *Folha de S.Paulo* (249 informativas; 146 opinativas, e 11 editoriais) contra 64 no *Expresso*. Embora a autora defenda a hipótese de uma mobilização padronizada entre os dois países, a diferença quantitativa sugere que a penetração e a centralidade da “ideologia de gênero” nos meios midiáticos do Brasil e de Portugal operam em patamares desiguais. Ademais, ao circunscrever a análise aos jornais de referência, a pesquisa deixa em aberto a investigação sobre a dinâmica de circulação do discurso antigênero nas redes digitais e aplicativos de mensagem, espaços significativos para a propagação de discursos políticos polarizados.

Essa lacuna, contudo, não invalida o trabalho; antes, reafirma seu valor heurístico, ao evidenciar a necessidade de ampliar a investigação para outros espaços de circulação e disputa discursiva. Em última análise, Souza (2022) permite compreender a “ideologia de gênero” como um instrumento político mobilizado de modo semelhante em contextos nacionais distintos, o que a autora interpreta como evidência de seu caráter transnacional. Diante disso, a tese é uma leitura relevante para quem busca entender como a “ideologia de gênero” é instrumentalizada nas democracias contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, abr. 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n. 5, p. 7-41, 1995.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução: Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Ouro Preto: UFOP, 2013. (Cadernos da Diversidade, 6).

SOUZA, Juliana Inez Luiz de. **“Ideologia de gênero” como instrumento político**: uma análise das produções jornalísticas da Folha de S.Paulo (Brasil) e do Expresso (Portugal). Orientador: Nelson Rosário de Souza. 2022. 269 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Tradução: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM, 2018.